



CLIPPING

Sábado e
Domingo
2 e 3 de Março
de 2024

Diário do Pará



SALÁRIO MÍNIMO PODE TER REAJUSTE DIA 1º DE MAIO

A informação é do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. Ele também destacou a retomada das obras públicas como um impulso para oportunidades de emprego.

REDE 23
PAREDAO TEM
AMANDA, BRUNO,
GUIMÉ E PAULA

O LIBERAL

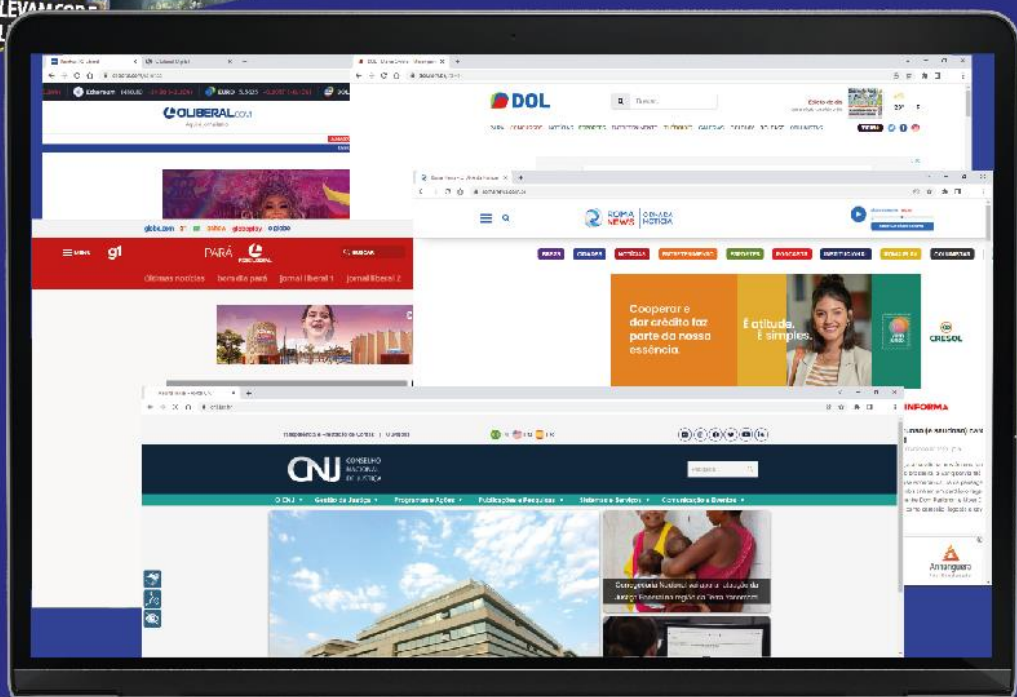
ECONOMIA

GOVERNO JÁ

NOVO



Soberana com ares de deusa





Mulheres do Pará
contam com
24 delegacias
específicas para elas

MARIA DA PENHA

Estudo mostra que as paraenses não conhecem bem a lei

NÚMEROS - Pesquisa aponta que 74% das mulheres do Pará desconhecem detalhes da legislação que as protege

EDUARDO ROCHA
Da Redação

No Pará, 74% das paraenses dizem não conhecer bem a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), conforme aponta a 10ª edição da Pesquisa Nacional de Violência Contra a Mulher, realizada pelo Observatório da Mulher Contra a Violência (OMV) e o Instituto DataSenado, ambos do Senado Federal. Essa lei criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher e foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2006. O cenário se agrava com o fato de que, no Pará, casos de violência doméstica aumentaram 8,1% de 2022 para 2023, segundo levantamento da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social (Segup).

No Brasil todo, apenas duas em cada dez mulheres (20%) se sentem bem informadas

em relação à Lei. Outros Estados da região Norte e Nordeste encabeçam a problemática. Em ordem decrescente, os Estados em que as mulheres dizem conhecer menos a Lei Maria da Penha são: Amazo-

Levantamento da Segup indica que em 2023 ocorreram 10.961 casos de violência doméstica no Estado

nas (74%), Pará (74%), Maranhão (72%), Piauí (72%), Roraima (71%) e Ceará (71%).

A sondagem do OMV e Instituto DataSenado é bianual e foi divulgada na última quarta-feira (28) em Brasília (DF).

Ela envolveu entrevistas por telefone com 21.787 mulheres de 16 anos ou mais entre os dias 21 de agosto a 25 de setembro do ano passado. É a primeira edição do levantamento que traz dados por estado. O estudo atualiza, também pela primeira vez, o Mapa Nacional da Violência de Gênero, projeto viabilizado pelo OMV, o Instituto Avon e a organização Gênero e Número, que cobre questões de gênero e raça no Brasil e na América Latina desde 2016.

CASOS

Levantamento feito pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (Segup) indica que no ano de 2022 foram registrados 10.137 casos de violência doméstica (lesão corporal) em todo o Estado. Já em 2023, foram computados 10.961 casos. Em janeiro de 2024, foram registrados 795 ocorrências, o que representa

uma queda de 7,77% nos casos, comparado a janeiro de 2023 onde foram computados 862 casos do crime. Esses números são importantes, diante do transcurso do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março.

Nesse contexto, a Polícia Civil do Pará informa que tem como prioridade o atendimento de vítimas de violência doméstica e familiar em qualquer unidade policial. São disponibilizados os mecanismos de proteção previstos na Lei Maria da Penha, a exemplo das medidas protetivas, encaminhamento ao abrigo e acompanhamento psicológico.

A PC repassa que, atualmente, cinco Delegacias de Atendimento à Mulher (Deam) funcionam 24 horas (Belém, Ananindeua, Castanhal, Santarém e Marabá). Entre unidades especializadas e espaços de acolhimento (Sala Lúla), a Polícia Civil do Pará conta com 24 delegacias específicas para vítimas de violência.

“Debates alcançam apenas uma bolha”

Na interpretação da advogada Gabrielle Maués, presidente da Comissão das Mulheres e Advogadas e Conselheira Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB Pará), o resultado da pesquisa feita pelo Senado “mostra como os debates acabam, infelizmente, alcançando apenas uma bolha específica e não a maioria das mulheres, indicando a urgência de ampliação da discussão em diversos espaços e para todos os públicos”. “E quando falamos de Pará e Amazonas, temos estados com dimensões continentais, atravessados por muitos rios, o que dificulta o acesso aos canais adequados de informação e até de ajuda em caso de violência doméstica. A rede de acolhimento e enfrentamento contra a violência doméstica acaba não sendo capaz de cobrir toda as regiões. No caso do Pará, por exemplo, de 144 municípios, somente 23 possuem delegacia especializada da mulher e 53 Conselhos Municipais da Mulher, nem todos estes últi-

mos em atividade”, observa.

O desconhecimento dos direitos previstos na Lei Maria da Penha compromete a proteção das vítimas de violência doméstica. “Muitas vezes pode ser o fator decisivo de não buscar ajuda ou denunciar a violência sofrida, contribuindo para que a mulher permaneça no ciclo da violência doméstica por não conhecer as inúmeras ferramentas de proteção previstas na Lei, especialmente as medidas protetivas, que são fundamentais quando se fala da prevenção de feminicídio, por exemplo. Apesar das críticas, pesquisas do TJ/SP e TJ/GO apontam que o índice de feminicídios cai significativamente quando há medida protetiva deferida para aquela mulher. Além disso, a Lei Maria da Penha traz medidas de assistência social e natureza trabalhista, não se limitando a um aspecto criminal como é equivocadamente pensado”, ressalta Gabrielle Maués.

A reversão de um cenário de violência contra a mulher

envolve, principalmente, a conscientização, como destaca a integrante da OAB Pará. “Estes dados demonstram a urgência de ampliar o debate e dar mais visibilidade à questão da violência doméstica e a Lei Maria da Penha. Precisamos efetivar a Lei Maria da Penha e outras leis federais e estaduais complementares, que indicam a importância da educação em gênero e sobre a Lei nas escolas, de modo a envolver toda a sociedade e permitir que estas informações cruciais para salvar vidas cheguem em mais pessoas”, enfatiza Gabrielle.

SEMANA

A partir de segunda-feira (4), às 9h, começará a 26ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça com os tribunais de todo o País. A abertura oficial será presidida pela desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães, coordenadora da

Coordenadoria Estadual de Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid/TJPA), no auditório “Desembargadora Maria Lúcia Gomes Marcos dos Santos”, no edifício-sede do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), em Belém. O foco da Semana são ações voltadas ao aprimoramento da prestação jurisdicional em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, com esforços institucionais concentrados de julgamento e de ações multidisciplinares voltadas ao combate da violência de gênero. No Pará, a campanha é regulamentada pela Portaria nº 4084/2022.

Em 2022, o TJPA acumulou 14.898 processos julgados da Meta 8 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que trata dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, incluindo nesse computo as decisões em medidas protetivas de urgência. Em 2023, esse volume de julgamento somou 14.900 processos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

RD REPÓRTER DIÁRIO

Iniciadas ontem, dia 1º, vão até 30 de maio as inscrições voluntárias de grandes e médias empresas de todo o país no Domicílio Judicial Eletrônico, ferramenta do Programa Justiça 4.0 que centraliza as comunicações de processos de todos os tribunais brasileiros numa única plataforma digital.

Após a data-limite, o cadastro será feito de forma compulsória, a partir de dados da Receita Federal, porém, sujeito a penalidades e riscos de perda de prazos processuais.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

TAPANÃ **PC INVESTIGA EXECUÇÃO** **EM CONDOMÍNIO DE LUXO**

Homens armados metralharam uma Hilux em que estava a vítima, que trabalharia para madeireiros

ASSASSINATO

JR Avelar

Está a cargo da Divisão de Homicídios a elucidação de uma execução ocorrida na tarde desta quinta-feira (29) no bairro do Tapanã, em Belém, quando homens armados metralharam um homem dentro de um veículo quando este entrava em um condomínio de luxo no local.

De acordo com os levantamentos, a vítima foi identificada como Flauri dos Santos Sales Júnior, que trabalharia para madeireiros. Ele chegou a ser socorrido, mas não resistiu aos graves ferimentos e acabou entrando em óbito em um hospital da cidade.

Testemunhas contaram às autoridades que Flauri dos Santos Sales Júnior dirigia uma caminhonete branca quando foi surpreendido pelos atiradores, ainda não identificados, que possivelmente o seguiam ou já o aguardavam no local.

Os tiros de pistolas automáticas assustaram os moradores próximos e a segurança do condomínio, bem como quem pas-

sava pela movimentada rua na hora do crime.

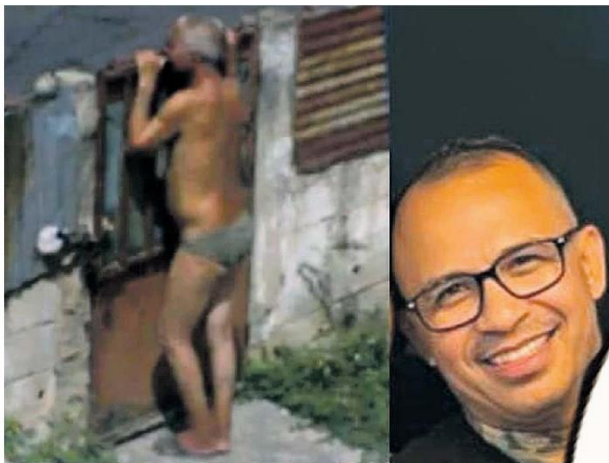
Imagens gravadas por terceiros e câmeras de segurança mostram uma movimentação na portaria do condomínio e minutos depois a chegada de uma ambulância do Samu 192 que rapidamente fez a remoção de Flauri dos Santos Sales Júnior para o Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência.

A informação da execução foi confirmada pela Polícia Civil no início da noite informando que a Polícia Civil através da Divisão de Homicídios, trabalha para identificar os envolvidos no crime.

Entre as cenas gravadas, uma chamou atenção, um motorista que passava pelo local na hora da fuga segue por mais de quinhentos metros o carro dos assassinos até uma rotatória onde o mesmo continua a fuga.

A Polícia Militar através do 24º Batalhão enviou várias equipes para o local que foi isolado para o trabalho de peritos criminais da Polícia Científica do Pará que contabilizaram pelo menos quinze marcas de tiros na lataria da caminhonete dirigida pela vítima.

A Divisão de Homicídios não descarta nenhuma possibilidade



A vítima morreu no local sem chance de defesa. FOTOS: DIVULGAÇÃO

para o crime, no entanto, uma das fortes suspeitas é que o crime esteja ligado a vida comercial de Flauri dos Santos Sales Júnior.

Ele já foi réu em alguns processos por crimes ambientais e contra o Sistema Nacional de Armas, conforme revela arquivos de pesquisa do Tribunal de Justiça do Estado.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



FOTO: DIVULGAÇÃO

SÁBADO

**PC INVESTIGA EXECUÇÃO
EM CONDOMÍNIO DE LUXO**
PÁGINA 5

Diário do Pará

POLÍCIA

SANTA BÁRBARA TENTOU MATAR E ACABOU PRESO

**TENTATIVA DE
HOMICÍDIO**

JR Avelar

A Polícia Civil do Estado do Pará, por meio da Delegacia de Santa Bárbara do Pará, sob coordenação do delegado Ruben Lucchi subordinada à Diretoria de Policiamento Metropolitana obteve êxito no cumprimento de um mandado de prisão oriundo da Vara Criminal da Comarca de Benevides, contra Eliezio da Silva Santos, de 36 anos, acusado do crime de tentativa de homicídio qualificado.

De acordo com o inquérito policial a vítima, que teve o nome preservado, estava sentada em sua motocicleta esperando sua companheira na frente da praça Elza Ribeiro em Santa Bárbara, quando Eliezio da Silva o surpreendeu por trás e lhe desferiu sete facadas nas costas e após o cabo quebrar se evadiu do local.

O crime chamou atenção de populares que socorreram a vítima para o hospital de Santa Bárbara e em seguida transferido para um hospital na capital, enquanto o crime era comunicado na delegacia de Polícia Civil de Santa Bárbara do Pará.

Diante dos fatos, foi instaurado Inquérito Policial para investigação do crime, sendo apurado que Eliezio da Silva tinha rixa com a vítima por causa de ciúmes, já que a sua ex-companheira estava atualmente namorando com a vítima.

Com a identificação do suspeito a Polícia Civil ao verificar seus antecedentes verificou que o mesmo já tinha duas passagens pelo sistema prisional e assim o delegado Ruben Lucchi pela prisão preventiva do autor, que foi deferida pela justiça.

Após diligências investigativas, a equipe policial de Santa Bárbara do Pará obteve êxito de cumprir o mandado de prisão contra Eliezio da Silva Santos, que não ofereceu resistência, e agora se encontra custodiado em um presídio à disposição da justiça.



Suspeito deu 7 facadas na vítima. FOTO: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



HABEAS DATA

Raul Luiz Ferraz Filho



Use a câmera do seu celular para acessar o conteúdo multimídia.

HD RECEBE LUISA CHAVES

● O videocast Habeas Data entrevista neste domingo a Dra. LUISA CHAVES, tabeliã e registradora do Cartório de Terra Alta e Curuçá, bacharel em direito, mestre em Direito pela escola Paulista de Direito e Diretora da Anoreg Pará. Ela fala sobre o tema Inventário extrajudicial, uma novidade legislativa que contempla a desjudicialização. Explica sobre as vantagens e as exigências para que se possa fazer opção por esse procedimento, ressaltando a celeridade e baixo custo se comparado ao procedimento de inventário judicial. Acesse o QR CODE no alto da página e assista o vídeo no Portal de O LIBERAL.



Raul Luiz Ferraz Filho entrevista a tabeliã e registradora Luisa Chaves

JUSTIÇA TEM JORNADA DE CONCILIAÇÃO

● Realizada Jornada de Conciliação, Instrução e Julgamento na Vara única de Vigia de Nazaré e termo de Colares. A ação realizada no período de 26 a 28 de Fevereiro foi conduzida pelo Desembargador Leonardo de Noronha Tavares, Coordenador de Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Pará e pelos juízes titulares da Vara, Antônio Francisco Gil Barbosa e Jacob Farache. A jornada tem por escopo agilizar os processos dos juizados especiais cíveis, criminais e da fazenda pública. Na área cível, o juiz Jacob Farache explica que as ações se referem a processos envolvendo bancos, empréstimos consignados de idosos, ações de cobrança e de indenização por dano material ou moral, dentre outras. No Juizado Especial Criminal, a jornada trabalha com os Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCO) relacionados a crimes de menor potencial ofensivo.



Jornada de Conciliação foi realizada na Vara única de Vigia de Nazaré e termo de Colares

MINUTA

● É segurado obrigatório da Previdência Social na categoria de empregado o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado.

● Execução fiscal contra empresa não se extingue em face do deferimento de recuperação judicial. Essa foi a decisão da 13ª Turma do TRF-1 que manteve a decisão que determinou o prosseguimento de ação de execução, com a realização de "penhora no rosto do processo", em trâmite na 1ª Vara do Juízo Falimentar e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT.

● A Carteira de Trabalho e Previdência Social é obrigatória para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rural, ainda que em caráter temporário, e para o exercício por conta própria de atividade profissional remunerada.

● A Quarta Turma do TST restabeleceu sentença que validou a dispensa por justa causa aplicada pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais a um industrial por abandono de emprego. O motivo é que ele só retornou ao trabalho mais de um ano após o

cancelamento de sua aposentadoria por invalidez e, nesse período, não procurou retornar ao serviço nem justificou a ausência.

● Operário de atividade remunerada do trabalhador avulso, portuário ou não portuário, somente será reconhecido desde que preste serviço de natureza urbana ou rural a diversas empresas, sem vínculo empregatício, com a intermediação obrigatória do Órgão Gestor de Mão de Obra ou do sindicato da categoria, respectivamente.

● Uma empresa aérea que opera no Aeroporto de Confins-MG, na região metropolitana da capital mineira, terá que restituir a uma ex-empregada a quantia de R\$ 100,00 mensais, por gastos com maquiagem, cabelos, unhas e acessórios durante o período não prescrito do contrato de trabalho. A sentença foi do juízo da 1ª Vara do Trabalho de Pedro Leopoldo. O magistrado constatou que a ex-empregada, que trabalhava como "comissária de voo", realizava os gastos para atender a padrões de aparência exigidos pela empresa.

Colaboração Prof.º Jacieli Papaléo Paes.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



JUSTIÇA EM FATOS LUIZ FLÁVIO

@luizaoreporter

www.facebook.com/luiz.f.costa.37

lfmcosta@gmail.com

PGJ REÚNE COM SPU PARA AVANÇAR NA MUDANÇA PARA NOVA SEDE DO MPPA

O Procurador-geral de Justiça, César Mattar Jr., participou dia 27/02, de reunião na sede da Secretaria Nacional do Patrimônio da União (SPU) em Brasília. Na pauta, a documentação definitiva para utilização, pelo Estado do Pará, da área da futura sede administrativa do Ministério Público, em Belém, com cerca de 21 mil m², localizada na Av. Almirante Barroso, na esquina da Av. Dr. Freitas. Em outubro de 2023, o PGJ assinou acordo com o Estado do Pará, ICOMAR e SPU-PA para a cessão do terreno. Participaram do encontro, o titular da SPU, Lúcio Geraldo de Andrade e equipe; o Superintendente do Patrimônio da União no Pará, Marcos Antônio de Souza e o Procurador-Geral do Estado, Ricardo Sefer.



TJPA marca presença no lançamento do Anuário do Pará 2023-2024



O desembargador Alex Pinheiro Centeno representou o Tribunal de Justiça do Estado no lançamento do Anuário do Pará 2023-2024 na noite da última terça-feira no auditório Albano Franco da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA). A vice-governadora Hana Ghassan fez a palestra única do evento, falando sobre as obras e projetos que estão em desenvolvimento e que já estão com recursos garantidos para a COP 30 que ocorre em Belém em novembro de 2025. Na foto, o desembargador aparece ao lado de Alex Carvalho (presidente da FIEPA), Camilo Centeno (presidente em exercício do Grupo RBA) e Nilton Lobato (diretor comercial do grupo RBA).

Advogado lança livro infantil baseado em histórias dos filhos

Numa noite animada e de muitas brincadeiras, o advogado e procurador do Município de Belém Evandro Antunes Costa lançou no último dia 20/02, às 19h, no Palácio Antônio Lemos, seu primeiro livro infantil: "As aventuras de Miguel, Gabriel e Isadora. O projeto teve início a partir dos registros das histórias de seus três filhos: Miguel, Gabriel e Isadora. O projeto tem ilustrações do artista paraense Maciste Costa, com edição e publicação da Editora Paka Tatu, que este ano completa 24 anos. A arrecadação da venda dos livros no lançamento foi revertida ao Lar da Tia Socorro, instituição que abriga crianças na ilha de Mosquito.



Defensoria Pública bate recorde de atendimentos prestados no Pará

A Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE), comandada pelo defensor público geral João Paulo Lúcio, duplicou o número de atendimentos prestados à população em 2023, quando comparado com o ano anterior: foram 2.306.480 pessoas que receberam algum tipo de serviço oferecido pelo órgão. Em 2022, foram 1.588.634. Em 2021, 1.074.806. Já em 2020, 355.615 houve atendimentos e 858.738 em 2019. Os principais serviços oferecidos envolvem questões de família, como guarda de filhos, alimentos, inventários e ações civis em geral, além de regularização de documentos, emissão de RG, CPF, carteira de trabalho digital e título de eleitor.



Palestra sobre IA marca abertura do Ano Judiciário do TRT-8 e o Ano Letivo da EJud-8

"A era da Inteligência Artificial sintética e seus impactos na sociedade e no Judiciário" foi o tema da conferência realizada dia 23/02, no auditório Aloysio da Costa Chaves, no prédio sede do TRT-8 e que marcou a abertura do ano judiciário do TJT. O professor doutor da UFPA, Eduardo Coelho Ceneira trouxe para o público um pouco sobre o que está sendo discutido sobre a Inteligência Artificial (IA) a nível de pesquisa científica e mercado; e de que forma a IA pode impactar o judiciário ou como o judiciário pode se beneficiar da inteligência artificial para avaliar seus processos e no seu dia a dia.



TRT-8 atende OAB-PA e garante estacionamento para advogadas gestantes

As Comissões de Relações com o Poder Judiciário e das Mulheres e Advogadas requereram ao TRT8 a reserva de vagas para uso exclusivo de advogadas gestantes e lactantes, em atenção às prerrogativas das mulheres advogadas previstas na Lei 13.363/2016 (Lei Júlia Matos), que alterou o Estatuto da Advocacia. O pleito da OAB-PA foi atendido pela desembargadora Marcus Augusto Losada Maia, presidente do TRT8: o Tribunal disponibilizou uma vaga rotativa no estacionamento do subsolo do edifício sede da Corte; e outra no prédio do Fórum Trabalhista.

Má conduta

Um oficial de Justiça novata, recém chegado do Rio de Janeiro, tem dado muito trabalho e no que falar no judiciário paraense. Arbitrário, tem virado alvo de chacota na comunidade jurídica. A direção do fórum de Altamira tem recebido reclamações diárias sobre a má conduta e a forma truculenta com que o servidor trata as partes. Enquanto isso, nada é feito. Recentemente o oficial participou de uma sessão do Tribunal do Juri com a camisa aberta e calça legging. Tudo em desacordo com as normas da corregedoria, que já está sendo acionada.

O criminoso estava escondido debaixo de uma cama depois de ameaçar uma criança de apenas 4 anos

UMA HORA IA CAIR

Tiago Silva

Na cidade de Castanhal, região do nordeste paraense, um assaltante que apontou uma arma de fogo para uma criança de 4 anos, foi preso pela Polícia Civil (PC). O criminoso estava escondido debaixo de uma cama.

No início da manhã de sexta-feira (1), por volta das 6h, policiais civis da 12ª Seccional do Jaderlândia prenderam Rickson Adriano Lameira de Souza, acusado de ter praticado um assalto e de ter ainda apontado uma arma de fogo para uma criança, de apenas 4 anos, para intimidar e ameaçar a avó da criança, a qual foi obrigada a entregar seu aparelho celular ao bandido.

Aproveitando que o celular estava desbloqueado, o criminoso usou os dados pessoais da vítima, os quais estavam armazenados no aparelho, e conseguiu subtrair valores da conta bancária.

O assalto aconteceu no dia 23 de dezembro do ano passado. Contra Rickson Adriano existia em aberto um mandado de prisão expedido pela 1ª Vara Criminal de Castanhal. Após ser ouvido, o preso foi encaminhado para o Centro de Recuperação de Castanhal (CRCAST).

O suspeito apontou uma arma para a criança para intimidar e ameaçar a avó da vítima, que se recusou a entregar o celular ao bandido

FOTO: DIVULGAÇÃO



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**DOMINGO**
PM AJUDA MÃE E SEIS CRIANÇAS EM PORTEL
 PÁGINA 2
Diário do Pará

POLÍCIA

PRISÃO


 Procurado era suspeito de estupro de vulnerável
 FOTO: DIVULGAÇÃO

ACUSADO DE ESTUPRO SE ESCONDE EM BANHEIRO

ACHARAM

JR Avelar

Quando a “cana dura” bateu na porta de Bruno Nascimento Ferreira, conhecido como “Baca”, o mesmo sabia que não tinha como escapar e mesmo assim em um ato de desespero se escondeu no ba-

nheiro da residência acreditando que o tenente coronel Vicente subcomandante do CPR XI do Marajó Oriental não fosse encontrá-lo.

Segundo as informações, chegou no quartel do CPR XI um mandado de prisão preventiva para ser cumprido oriundo da Vara Única de Soure tendo como alvo o homem identificado como Bruno Nascimento Ferreira o “Baca” que poderia ser encontra-

do na vila Santo Antônio zona rural de Salvaterra.

A chegada do mandado levou o tenente-coronel Vicente Neto, subcomandante do CPR XI na viatura 1102 com o sargento Sérgio, cabo Gonçalves e soldado Pereira, com apoio da viatura 0809 com o sargento João, cabo Yuri e soldado João Otávio a se deslocar para o cumprimento.

Na primeira investida houve a tentativa sem sucesso de capturar o suspeito onde foi informado por familiares que este estaria pescando para o “Norte”. O Núcleo de Inteligência e Análise Criminal do CPR XI, após realizar novos levantamentos, identificou a localização do alvo, que estava na vila Santo Antônio, zona rural de Salvaterra.

O procurado era suspeito de estupro de vulnerável com base no artigo 217 A da lei 2848 e na chegada dos policiais “Baca” foi encontrado escondido no banheiro da residência, e logo recebeu voz de prisão sendo conduzido e apresentado na Delegacia de Polícia Civil de Salvaterra para formalização dos procedimentos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



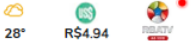
Edição do dia

Leia a edição completa grátis



28°

R\$4.94



PARÁ CONCURSOS NOTÍCIAS ESPORTES ENTRETENIMENTO TUÊDOIDÉ? DOLPLAY DOLCAST CULONISTAS

TEM+ 

NOTÍCIAS / POLÍCIA

BELÉM

Vídeo: policial acusado de matar advogado é preso de novo

PM Roosevelt de Nazaré Silva havia sido liberado da prisão para fazer uma cirurgia e não se reapresentou ao sistema penal. Advogado Arnaldo Lopes de Paula morreu com cinco tiros.

quinta-feira, 29/02/2024, 22:02 - Autor: **Kaio Rodrigues**





Roosevelt de Nazaré Silva foi recapturado. | Reprodução

polícia prendeu, novamente, Roosevelt de Nazaré Silva, um dos policiais envolvidos na morte do advogado Arnaldo Lopes de Paula, morto em 2017, no bairro do Jurunas, em Belém, quando saía da casa de familiares.

O PM havia deixado a prisão em 2023, quando ganhou liberdade para realizar uma cirurgia e acabou descumprindo a ordem para voltar ao sistema penal. Sendo assim, a justiça entendeu que ele era foragido e decretou um novo mandado de prisão.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Confira a reportagem completa:



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br